

# ENTRE MORTES, PERSEGUIÇÕES E EMERGÊNCIAS: A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO EM DEFESA DOS DIREITOS HOMOSSEXUAIS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS ATRAVÉS DAS PÁGINAS JORNALÍSTICAS

## *BETWEEN DEATHS, PURSUITS AND EMERGENCIES: THE CREATION OF THE ASSOCIATION IN DEFENCE OF HOMOSSEXUAL RIGHTS IN GREAT FLORIANÓPOLIS THROUGH THE JOURNALISTIC PAGES*

*Igor Henrique Lopes de Queiroz<sup>1</sup>*

### **Resumo:**

Por meio de notícias e reportagens sobre travestis e homossexuais veiculadas durante a década de 1990, perpassadas pelos mais variados tipos de violência e divulgadas pelo principal meio de comunicação impresso do Estado de Santa Catarina, o jornal *Diário Catarinense*, o presente artigo busca demonstrar a emergência de um discurso de mobilização e resistência que culminaria na criação da Associação em Defesa dos Direitos Homossexuais/Região da Grande Florianópolis, que propunha atuar em áreas de saúde, jurídica, social, e lutar legalmente contra

comportamentos lesivos que cerceavam inclusive os direitos de ir e vir, em nome da moral e dos bons costumes.

**Palavras-chave:** Travestis; Homossexualidade; Imprensa; Direitos Humanos.

### **Abstract:**

Through news and reports about transvestites and homosexuals aired during the 1990s, laden with all kinds of violence and released by major print medium of the State of Santa Catarina, the newspaper *Diário Catarinense*, this article seeks to demonstrate

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História UFSC. Bolsista Capes. E-mail: [igorhlqueiroz@gmail.com](mailto:igorhlqueiroz@gmail.com)

the emergence of a discourse of mobilization and resistance that culminated in the creation of the Association in Defense of Homosexual Rights/region of Great Florianópolis, which proposed to act in areas of health, legal, social, and fight legally

against harmful behaviors that hindered including the rights to come and go, in the name of morality and good manners.

**Keywords:** Transvestites, Homosexuality; Press; Human Rights.

## O HOMICÍDIO QUALIFICADO E AS PERSEGUIÇÕES: AS TRAVESTIS NA GRANDE FLORIANÓPOLIS

Para ser julgado, motivação, meios, modos e fins de um homicídio devem ser levados em consideração. Caso seja motivado por obtenção de qualquer tipo de vantagem, recompensa, motivo torpe ou fútil; caso os meios empregados sejam veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura, alguma forma insidiosa e cruel ou que resulte em perigo para outras pessoas; caso o modo de execução seja a emboscada, a dissimulação ou qualquer forma que dificulte ou torne impossível a defesa da vítima; e caso seus fins sejam para ocultar ou proporcionar a execução, vantagens ou impunidade em outro crime, tal homicídio será considerado qualificado, e as penas de reclusão poderão variar de 12 a 30 anos, segundo o Código Penal brasileiro (GRACO, 2011, p. 150-162).

Ele, Murilo.<sup>2</sup> Casado com Luciana, pai de um filho e sócio de uma joalheria junto a seus irmãos, era um “comerciante bem-sucedido”.<sup>3</sup> Seu nome completo, se pesquisado no endereço eletrônico do poder judiciário catarinense, aparece oito vezes.<sup>4</sup> A de data mais antiga, referente a uma apelação criminal de junho de 1994. Antes desta apelação, o bem-sucedido comerciante tinha participado ou sido responsável por alguns crimes no Estado. Em 1989, foi processado por lesões corporais por ter sacado uma pistola num bar da cidade de Joinville, uma das maiores cidades do

<sup>2</sup> Sobrenomes foram omitidos para preservar a identidade das partes envolvidas.

<sup>3</sup> Versões dos fatos são contraditórias. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 21 jun. 1992, p. 37.

<sup>4</sup> Para tal, ver: *Poder Judiciário de Santa Catarina*. <<http://app6.tjsc.jus.br/cposg/pcpoSelecaoProcesso2Grau.jsp?cbPesquisa=NMPARTE&dePesquisa=murilo+pasquali+savi&Pesquisar=Pesquisar>>. Acesso em: 17 jul. 2013.

Estado de Santa Catarina, quando feriu o garçom Alberto. Já em Florianópolis, Capital do Estado, consta que teria disparado vários tiros contra o carro de João, em pleno Centro da cidade. Não é possível precisar a data do ataque.<sup>5</sup> Além disso, junto a um grupo de amigos, também em 1989, mês de junho, teria se dirigido à casa de um homem chamado Saulo, para pegar cocaína. Irritados por não conseguirem a droga, colocaram Saulo no porta-malas do carro de Murilo, levaram-no para a praia de Moçambique, norte da Ilha, roubaram seu dinheiro e ameaçaram matá-lo.<sup>6</sup> Outras versões para tais fatos seriam de que fora “indiciado por tentativa de homicídio”, no caso de Joinville, e por lesões corporais, em Florianópolis, por invadir “a casa de um traficante de cocaína, chegando a sequestrá-lo por causa de uma dívida envolvendo a droga”.<sup>7</sup> Apesar das variações entre as versões, o fato é que Murilo possuía antecedentes criminais.

<sup>5</sup> Julgamento – crime contra travesti. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 27 jun. 1994, p. 31.

<sup>6</sup> No banco dos réus – Savi vai a julgamento pela morte de travesti. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 26 maio 1994, p. 37.

<sup>7</sup> Peritos vão opinar sobre crime. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 20 jun. 1992, p. 21.

Ela, Odete. Poucas são as informações a seu respeito. Morou na Europa, onde “conviveu com homossexuais”, mas não há informações de por quanto tempo ou o país em que se instalou. Consta que em 1991 encontrava-se lá, mas no ano seguinte já estava de volta ao Brasil, mais especificamente em Santa Catarina, onde familiares viviam. A foto que o jornal divulgou de Odete mostrava uma mulher de cabelos escuros e volumosos, de vestido curto, florido, pernas brilhantes, bem torneadas e depiladas, rosto de traços delicados, sobrancelhas finas. Odete estava ao lado de um móvel com um espelho, que parece ser uma antiga penteadeira, quando foi fotografada. Seria aquela imagem da casa de Odete? Ou de alguém conhecido, amigo? Teria sido feita na Europa ou no Brasil? Não há respostas. Os poucos fragmentos publicados sobre sua história apenas informam que era uma noite fria de domingo, 07 de junho de 1992, quando Odete colocou uma saia curta, “coxas à mostra para atrair clientes, no melhor estilo”, e saiu para o trabalho. Chegou às 20 horas à Avenida Presidente Kennedy, bairro Campinas, São José, onde se aproximou da colega de profissão, ou possivelmente amiga, Xuxa: “Tivemos um breve diálogo. Ela apenas me contou que precisava

de dinheiro para comprar remédio para sua mãe”. As duas logo se separaram e, em seguida, Odete entrou em um Santana. Em seguida, Xuxa também entraria em um carro, e só estaria de volta à Presidente Kennedy por volta de 21 horas e 30 minutos.<sup>8</sup> Odete tinha 29 anos, neste frio domingo.

A respeito daquela mesma data, da qual são fornecidos detalhes de como Odete havia se arrumado e saído para o trabalho, constam algumas versões para as atividades de Murilo. Na primeira delas, consta que ele havia participado de um churrasco no bairro Ribeirão da Ilha, região sul de Florianópolis, na casa de seu cunhado. Bebeu por toda a tarde, voltou para casa, de endereço não informado, bebeu um pouco mais e, para evitar brigar com a esposa, decidiu sair para o bar de um amigo, Top 700, então localizado na avenida central do bairro Kobrasol, cidade de São José, na Grande Florianópolis, ou segundo outra versão, para a casa de amigos, neste mesmo bairro. Neste ponto, novamente conflito. Em uma primeira versão, Murilo parou na Avenida Presidente Kennedy para urinar, onde foi abordado por dois homens com um revólver,

<sup>8</sup> Morte do travesti – comerciante tenta provar inocência. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 21 jun. 1992, p. 37.

que o dominaram, colocaram no carro e saíram rodando “um pouco por aí”. Depois, deram uma garrafada em sua cabeça e o jogaram para fora do carro, quando começou a bater em várias casas pedindo por socorro, com a cabeça ensanguentada.<sup>9</sup> Segundo a imprensa, consta que sua esposa teria dito que Murilo “sempre pára em qualquer lugar para urinar quando lhe dá vontade”. Quando Luciana prestou depoimento, a versão era de que após a garrafada Murilo teria desmaiado e só teria acordado no hospital.<sup>10</sup>

Poucos dias depois, esta versão se alteraria. Seriam três os homens que assaltaram Murilo, não apenas dois, e ele não mais desmaiara, mas saíra pelas ruas do bairro Barreiros, em São José, cabeça sangrando, batendo em portas e pedindo ajuda.<sup>11</sup> Em outra versão, Murilo teria sentido ânsia de vômito e, ao parar o carro em um estacionamento, foi agredido por dois assaltantes e só acordou no hospital. Ao ser questionado sobre onde seu carro foi encontrado, o bairro

<sup>9</sup> Crime no Kobrasol – Joalheiro é acusado de matar travesti a facadas. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 09 jun. 1992, p. 25.

<sup>10</sup> Assassinato do travesti – Promotora pede para mulher do acusado depor. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 11 jun. 1992, p. 39.

<sup>11</sup> Assassinato do travesti – Juiz decreta a prisão preventiva do suspeito. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 13 jun. 1992, p. 23.

onde participara de uma festa, Ribeirão da Ilha, e se não se preocupara por ele ter sido roubado, já que a Polícia não fora informada do ocorrido, Murilo respondeu à juíza que estava tranquilo porque seu carro estava no seguro, ao que ela, irritada, teria dito que o dela também, mas que ficaria preocupada caso alguém o roubasse.<sup>12</sup> Muitas eram as variações sobre o que ocorrera a Murilo aquela noite. A de Odete, no entanto, tivera um desfecho trágico.

Ao retornar de seu programa para a Avenida Presidente Kennedy naquela noite fria de domingo, 07 de junho de 1992, Xuxa viu as luzes de sirenes de polícia piscando. Aproximou-se do local para ver o que havia acontecido e gritou “É a Odete”. Seu corpo estava ao lado de uma poça de sangue e, segundo outra travesti, “parece que Odete tentou se defender porque tinha marcas de facadas no rosto e nas mãos.”<sup>13</sup> A morte de Odete apareceu na *Capa* do jornal *Diário Catarinense* (DC) em 09 de junho daquele ano, dois dias após o ocorrido. *Travesti é assassinado com 14 facadas em São José*, informava o jornal, ao lado da ilustração de

um rosto de cabelos curtos ao fundo e uma faca em primeiro plano.

Apesar das várias versões apresentadas para a noite de Murilo, ele foi denunciado por homicídio duplamente qualificado. Segundo a promotora Jorgelita, uma das responsáveis por indiciá-lo, Odete levara 13 facadas, e o “crime teve requintes de crueldade, parte do couro cabeludo foi arrancado, configurando escalpo”. Odete recebera facadas na “face, rosto, mãos, tórax, e outras partes do corpo”.<sup>14</sup>

Ao que tudo indica, as versões de Murilo sobre aquela fria noite estavam incompletas, pois o casal Denilson e Isabel Cristina, que namorava perto do ponto em que Odete costumava trabalhar, aguardando por seus clientes, viu um homem jovem e de porte atlético esfaquear uma pessoa e jogar o corpo na calçada. Denilson, que tentou seguir o carro, acabou conseguindo anotar o número da placa e, segundo uma das versões publicadas pela imprensa, ver o rosto do assassino.

Em 27 de maio de 1994, quase dois anos depois, teve início o julgamento de Murilo. Por seus “péssimos antecedentes”, todas as tentativas de aguardar o

<sup>12</sup>Morte do travesti – Acusado nega crime ao ser interrogado em juízo. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 01 jul. 1992, p. 25.

<sup>13</sup>Morte do travesti – comerciante tenta provar inocência. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 21 jun. 1992, p. 37.

<sup>14</sup>Morte do travesti – Juiz vai interrogar suspeito do crime. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 26 jun. 1992, p. 37.

juízo em liberdade haviam sido negadas. Além das testemunhas do crime, a Polícia e a promotoria apontavam as falhas em suas alegações, pois se tinha parado para urinar ou vomitar e sido assaltado e agredido, não havia chamado a polícia e nem se preocupado com seu carro roubado, achado coincidentemente no bairro onde participara de uma festa. Ao final daquele mês, Murilo foi sentenciado a 15 anos de reclusão por homicídio qualificado. É provável, quase certo, que a apelação criminal acima citada se refira à morte de Odete, pois a última notícia veiculada que citava o caso, em 30 de maio, informava que seus advogados recorreriam da decisão,<sup>15</sup> um dos raros casos de homicídio de travestis solucionado a ganhar as páginas de jornais de Santa Catarina, neste caso da maior empresa de imprensa escrita do Estado, o *Diário Catarinense*.

Idealizado pelo Grupo Rede Brasil Sul (RBS) em 1982, resultado de estudos de mercado, planos editoriais e investimentos tecnológicos iniciados dois anos depois, era 05 de maio de 1986 quando foi lançada a primeira edição do jornal *Diário Catarinense*.<sup>16</sup> Líder

<sup>15</sup> Advogados de Savi vão recorrer da sentença. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 30 maio 1994, p. 31.

<sup>16</sup> DC: dedicação em 735 edições. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 05

de mercado da mídia impressa em Santa Catarina tanto em número de leitores e leitoras quanto de anunciantes pouco tempo após seu surgimento,<sup>17</sup> o jornal foi lançado pelo Grupo RBS totalmente informatizado, tecnologia inédita para a maioria das redações que permitia que sua sede, em Florianópolis, estivesse interligada a sucursais em Joinville, Blumenau, Lages, Chapecó e Criciúma, simultaneamente, tornando-se o primeiro meio de comunicação do Estado com tal abrangência e cobrindo lacunas existentes em outros veículos, como o rádio e a televisão, através de sua interiorização.<sup>18</sup>

Durante os anos iniciais de circulação do jornal, a palavra travesti era utilizada especificamente para delimitar duas posições de subjetividade ou posicionamentos de sujeito, entendidos como os diversos status, lugares, posições que se pode ocupar ou receber quando se exerce um discurso, na descontinuidade dos planos de onde se fala (FOUCAULT, 1987, p. 61): de um lado, as perigosas e violentas criminosas; de

maio 1988, p. 03.

<sup>17</sup> Diário Catarinense lidera mídia impressa. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 01 dez. 1987, p. 23.

<sup>18</sup> Integrando Santa Catarina. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 05 maio. 1988, p. 39.

outro, crimes quase sempre não solucionados que as transformaram em vítimas, como o caso de Odete. Em geral, as notícias as interpelavam como “os homossexuais”, e todas eram plenas de efeitos privilegiados de verdade e poder, visto serem escritas a partir de informações que partiam quase que exclusivamente de instituições como as policiais e jurídicas (FOUCAULT, 2010, p. 10-11). As travestis, então, representavam as zonas invisíveis e inabitáveis da vida social, as identificações temidas, os seres excluídos, os corpos e vidas sem importância, o abjeto (BUTLER, 2002, 11-49).

Menos de um mês após o assassinato de Odete, ações a pedido do então secretário de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, Sidney Pacheco, passaram a “tirar de circulação” e “atuar por vadiagem” todas as travestis que se encontrassem nas ruas da Grande Florianópolis e não apresentassem “comportamento adequado”. Acusadas de molestarem pedestres com gestos e palavras obscenas, “comportamentos acintosos, contra a moral e os bons costumes, que são uma agressão” e de que eram motivo de uma das “principais reclamações da população”, de três a quatro vezes por semana e em horários e locais alternados, em torno de vinte agentes “fortemente armados” das Polí-

cias Civil e Militar usavam cinco viaturas para “recolher os homossexuais” e levar para delegacias. Os locais “mais críticos”, na avaliação dos policiais, seriam o bairro Kobrasol, onde morrera Odete, e trechos da Avenida Ivo Silveira, em Barreiros, ambos localizados na cidade de São José; na Capital, os focos seriam a Avenida Hercílio Luz e a Praça XV de Novembro, no Centro da cidade. Segundo a reportagem veiculada a respeito das ações, Pacheco não tinha medo de que a medida fosse considerada discriminatória, pois as travestis que se portassem corretamente “podem até estar fazendo ponto. Nós não temos preconceito”, mas aquelas que “põem uma saínia curtinha, sem calça, e ficam ali na avenida se expondo e levantando a saia e dizendo palavrões, aí não é possível”.

Permeada por ironias, como a reprodução do coloquial “Ó, Doutor” para marcar o início das falas das travestis, que representa também as hierarquias presentes na situação que vivenciavam, a reportagem era ilustrada pela foto de uma travesti que escondera o rosto com o casaco, ao ser fotografada sendo conduzida por um dos policiais, e que trazia em sua legenda a informação de que os problemas “com a polícia são comuns e nem sempre convivência é pacífica”. Foto-

grafadas na delegacia, ao final da página um pequeno texto dizia que para “quem desconhece, a vida de um travesti é até rentosa” e que, dependendo da aparência, “muitos chegam a impressionar”, por saírem com empresários e pessoas bem-sucedidas – o texto apresentava os preços cobrados pelas travestis em seus programas. Apesar da forma como foi escrita, a reportagem foi publicada sob o título de *Travestis pensam em criar sindicato*, seguida da adaptação de algumas das falas das travestis que haviam sido detidas, que informava que elas “reclamam de discriminação, afirmam que pagam impostos como qualquer cidadão e protestam contra a ação policial em São José”. Xuxa, possivelmente a mesma que conheceu Odete, teve uma de suas falas publicada, ao perguntar “Onde está nossa liberdade de ir e vir?” Tal liberdade era então cerceada e justificada pelos “exageros” que não se podia admitir, segundo as forças policiais, que agiam em nome da moral e dos bons costumes. Chegava-se ao ápice das violências e perseguições contra as travestis na região da Grande Florianópolis. Quase diárias.<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup>Na batalha – Travestis pensam em criar sindicato. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 05 jul. 1992, p. 41.

## MOBILIZAÇÕES E RESISTÊNCIAS: A FORMAÇÃO DA ADEH E AS AÇÕES DE CLÔ

As arbitrariedades e violências cometidas na Grande Florianópolis contra as travestis incitaram, portanto, a emergência de um discurso de mobilização política das mesmas. Quase ao final daquele ano e sob a palavra “homossexuais”, surgiu a primeira publicação sobre atos de resistência e reivindicação na região da Grande Florianópolis, através de uma carta enviada ao jornal, em 20 de novembro de 1992:

### Direitos Homossexuais

Com alguns amigos, formamos a pouco a Adedh (Associação em Defesa dos Direitos Homossexuais/Região da Grande Florianópolis), criada para defender os nossos direitos no Estado. A sede provisória da entidade está instalada junto ao GAPA da Capital.

*Claudio Orlando dos Santos, presidente da Adedh, Florianópolis*<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup>Direitos homossexuais. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 20 nov. 1992, p. 03.



Cinco dias depois, o jornal veiculou uma notícia a respeito da Associação, que passaria a atuar a partir de 1993, iniciada de uma forma que torna possível reconhecer a que sujeitos se referia o jornal:

Eles têm uma vida difícil e sempre rodeada de controvérsias. Sofrem com a marginalização social e são acusados, muitas vezes, de serem violentos e arruaceiros. Por outro lado, reclamam da violência e das arbitrariedades cometidas contra eles por policiais. Com o objetivo de mudar um pouco essa situação, e partindo do princípio de que ser homossexual não é crime, eles decidiram se organizar.

Apesar de não nomeadas, é muito provável que o texto que abria a notícia seja uma referência à situação vivenciada pelas travestis, que vinham sofrendo perseguições policiais na Grande Florianópolis desde meados do ano de 1992 e eram constantemente colocadas nos posicionamentos de sujeito de criminosas e vítimas, que o texto delimita bem. Segundo o jornal, a Associação foi idealizada pelo “homossexual Claudio Orlando dos Santos, o Clô”, que apontava que entre 10 e 20% da população da Grande Florianópolis seria composta de homossexuais.

Segundo Clô, a parte administrativa da Associação estava provisoriamente montada na sede do Grupo de Apoio de Prevenção à AIDS (GAPA), e a proposta era atuar em áreas de saúde, jurídica, social, e lutar legalmente contra comportamentos lesivos “aos direitos humanos de todos os homossexuais. Queremos ter o direito de ir e vir garantido e que nos respeitem como seres humanos”. Clô também afirmaria que o secretário de Segurança Pública “não gosta de homossexuais” e apontava a Polícia Militar como “a pior de todas”, pois a Civil “nos respeita”.<sup>21</sup> A homossexualidade se politizava, e agregava então novos significados a partir da mobilização das travestis. Ao final daquele ano de 1992, ao fazer sua habitual retrospectiva publicada na edição que circulava entre o último dia do ano e o primeiro do seguinte, o mês de junho apresentava como primeiro texto o assassinato de Odete. Uma vida que, tirada, ganhou importância, significância.<sup>22</sup> Mas as mortes não paravam.

O ano seguinte seria iniciado com mais um assassinato brutal em Florianópolis. Em janeiro de 1993,

<sup>21</sup> Homossexuais querem formar associação em 1993. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 25 nov. 1992, p. 27.

<sup>22</sup> Os fatos do ano. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 31 dez. 1992 – 01 jan. 1993, p. 26.

Alécio, 44 anos, funcionário do extinto Banco do Estado de Santa Catarina – BESC, foi vítima de uma “pancada na cabeça e jogado nas pedras da Joaquina”, praia do leste da Ilha de Santa Catarina. Segundo a Polícia, era “solteiro e costumava sair com rapazes”. Segundo a informação divulgada então, suspeitava-se que havia sido morto por dois jovens com quem saíra para pescar, para ser roubado.<sup>23</sup> Em abril de 1993, o “desempregado José”, casado, 32 anos, foi localizado com o carro de Alécio e, preso, confessou que era pago para manter relações sexuais com ele desde 1990. “Na delegacia [...] confessou que não pretendia matar o bancário, depois de manter relação anal com ele”.<sup>24</sup>

Em reação aos acontecimentos e segurando um panfleto ou cartilha com o título *Homossexual – Defenda-se da VIOLÊNCIA!*, a imagem de Clô voltaria às páginas do DC em junho de 1993, quando era anunciado o 1º Encontro Regional Sul de Homossexuais (ERSCHO), organizado em um colégio estadual do Centro de Florianópolis, cujo endereço o jornal publicou ao fim da notícia. O Encontro foi anunciado

como uma “vitória já que a associação tem apenas dois meses e meio de existência – foi fundada em 19 de março”:

[...] Temas como a crescente onda de violência contra a classe e a postura cada vez mais homofóbica da sociedade prometem esquentar os debates [...] são esperados militantes de cidades onde é grande o número de gays, como Joinville e Blumenau. Desde cedo as palestras e discussões levantarão assuntos polêmicos. Crimes violentos e o preconceito, entretanto, serão os pratos principais [...]<sup>25</sup>

Homossexuais foram então denominados enquanto uma classe, e as violências e crimes praticados em Santa Catarina ganhavam a alcunha de homofóbicos, termo que pela primeira vez circulava para se referir ao contexto regional no caderno principal deste jornal. Mais significativo, no entanto, era a saída das travestis do Estado das páginas policiais – tais notícias foram divulgadas na seção *Geral* do jornal.

Sob o título *Comunidade gay – Homossexuais discutem problemas*, uma foto do Encontro realizado

<sup>23</sup> Homossexual é morto na Joaquina. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 19 jan. 1993, p. 31.

<sup>24</sup> Descoberto matador de bancário. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 13 abr. 1993, p. 27.

<sup>25</sup> Encontro marcado – Homossexuais reúnem-se na Capital. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 05 jun. 1993, p. 25.

em Florianópolis sob a frase *Direitos iguais* ganhava como legenda o objetivo dos participantes de “acabar com o preconceito”. A notícia informava que o regimento interno da Associação, agora sob a sigla ADEH, havia sido aprovado e que “propostas da categoria” seriam levadas para o 7º Encontro Brasileiro de Homossexuais, que se realizaria ao final do mês na cidade de São Paulo. Entre os diversos assuntos discutidos durante o evento, o jornal reproduziu apenas uma das falas de Clô, que aparentemente se propunha a buscar normatizar os comportamentos das travestis que trabalhavam nas ruas e intervir junto às forças policiais para a diminuição das violências e arbitrariedades:

Os homossexuais prometeram advertir quem faz algazarra e disputa pontos por clientes: “Não vamos mais tolerar bagunças nem escândalos. Os travestis de batalha têm que se comportar”, avisou Claudio. Ele promete visitar as delegacias mais próximas dos locais onde os travestis fazem ponto para conversar com os delegados sobre o assunto.<sup>26</sup>

<sup>26</sup>Comunidade gay - Homossexuais discutem problemas. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 07 jun. 1993, p. 25.

A atuação de Clô, portanto, partiria de uma estratégica negociação tanto com as travestis quanto com os policiais. Ela apareceria em nova imagem publicada pelo jornal, sentada à mesa ao lado do então vice-presidente do *Grupo Gay da Bahia* (GGB), Huides Cunha, que em julho de 1993 visitava Santa Catarina para a “apresentação de sugestões e reclamações dos grupos de homossexuais”. Apresentando um resumo das atividades do Grupo baiano, a notícia afirmava que Clô contabilizara para o Estado de Santa Catarina “nos últimos sete anos [...] sete assassinatos” de homossexuais.

Além da articulação e do diálogo do recentemente organizado movimento homossexual catarinense com organizações mais antigas atuantes no país, como o GGB, a notícia trazia, ainda como propostas de alterações, algo que se concretizaria com o passar dos anos. Intitulada *Gays da Capital terão proteção da lei*, o texto iniciava com a informação de que um vereador e um deputado estadual “irão apresentar emendas à Lei Orgânica Municipal e à Constituição Estadual incluindo a proibição de discriminação (sic) de orientação sexual”. Por uma coincidência – ou não – a foto de Clô e Huides apresentava ao fundo um grande painel:

## ADEH – É LEGAL SER HOMOSSEXUAL – CADA UM [ilegível] COMO PODE.<sup>27</sup>

Aparentemente, a proposta de Clô de negociar junto às forças policiais da Grande Florianópolis fora adiante e a violência e a arbitrariedade parecem ter diminuído na Grande Florianópolis após o início da atuação da Associação. Segundo uma das travestis entrevistadas para uma reportagem sobre a prostituição nas ruas, realizada em agosto de 1993, dois meses depois da reunião organizada por Clô, eles “não podiam ver a gente na rua que chegavam batendo [...] Hoje a relação é mais tranquila”. Além disso, a reportagem apontava uma maior visibilidade e presença das travestis nas ruas e casas de show da cidade, cujos números estariam em torno de 300, acrescidas de mais 200 durante o verão, a temporada turística.<sup>28</sup>

A trégua policial, entretanto, duraria apenas alguns meses. Em março de 1994, 25 “travestis, prostitutas e michês” eram retirados das ruas do bairro Kobrasol, levados para a delegacia “para fazer um termo de declaração, que dá início ao processo de inquérito

policial [...] por vadiagem, perturbação da ordem pública e atos obscenos”. A ADEH responderia à arbitrariedade policial por meio de uma carta, enviada por Clô ao delegado responsável, prometendo uma “ação para impedir a continuidade dos inquéritos policiais”. Um de seus argumentos seria o de que cada um “tem o direito de fazer o que quiser com o seu corpo”, ao que o delegado responderia que é “até possível, mas sem interferir no sossego dos demais”. O argumento policial continuava a ser o das “constantes reclamações dos moradores contra os homossexuais e travestis”.<sup>29</sup>

As ações de Clô não se limitavam, no entanto, a promover encontros, debates ou reagir, como portavoza da ADEH, às ações policiais contra as travestis e homossexuais da região da Capital. Portadora do vírus HIV, ela costumava sair às ruas para distribuir camisinhas e conversar com as trabalhadoras sobre a importância da prevenção e prática de sexo seguro. Na noite de 24 de maio de 1994, Clô encontrava-se na Avenida Ivo Silveira, bairro Capoeiras, em São José, realizando tais atividades, quando uma viatura com os policiais militares Sandro e Sérgio, do 7º Batalhão da PM, chegou:

<sup>27</sup> Gays da Capital terão proteção da lei. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 23 jul. 1993, p. 33.

<sup>28</sup> SCARDUELLI, Paulo. Terceiro sexo - Travestis ganham as ruas. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 29 ago. 1993, p. 32-33.

<sup>29</sup> Travestis não aceitam prisões no Kobrasol. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 11 mar. 1994, p. 26.

“Os travestis correram. Menos eu. Fui agredido verbalmente e ameaçado de prisão. Corri a um telefone público e liguei para o Copom. Ao perceber a minha atitude, os policiais saíram da viatura e começaram a me espancar com socos e chutes por todo o corpo. Desmaiei e, algemado, fui levado à 8ª DP. Lá sofri uma sessão de tortura psicológica [...] Fiquei dois dias de cama e só depois registrei queixa [...] e fiz exame de corpo delito [...]”

O depoimento de Clô, concedido dia 10 de junho a um advogado da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da OAB/SC com a presença de um funcionário do DC, foi realizado no Hospital Florianópolis. Ela havia sido internada dia 06, com quadro de gastroenterite aguda. Abaixo da notícia sobre seu depoimento, era informado pelo Departamento de Relações Públicas da PM que os policiais negavam a agressão.<sup>30</sup> Ao final daquele mês, Clô apareceria em uma foto, sentada na cama do hospital, ao lado de sua mãe, Cecília, 59 anos, de profissão faxineira, que temia “pela segurança do filho”. Segundo o jornal, vários “movimentos gays e de mulheres lésbicas de São

Paulo, solidários com o homossexual, enviaram fax ao governador [...] e ao Secretário da Segurança Pública [...] pedindo rigorosa apuração sobre a agressão”. Neste dia o jornal informava que, na data da agressão, os policiais agressores teriam afirmado que “ponto de travesti não era local para distribuir preservativos”.<sup>31</sup>

E depois, ausência, silêncio, desaparecimento. O nome de Clô reapareceria na primeira publicação que o jornal dedicou quase inteiramente a práticas, lugares e sujeitos homossexuais, então reagrupados sob a sigla GLS, gays, lésbicas e simpatizantes, em 12 de novembro de 1995, na *Revista DC*:

Claudio Orlando dos Santos, último presidente da Adeg de Florianópolis – associação em defesa dos homossexuais – estava com Aids, mas morreu de tristeza. “Ele fazia trabalhos com os travestis do Estreito, para conscientizá-los sobre a importância da prevenção contra a doença, e apanhou da polícia justamente tentando defendê-los. Depois da surra, acabou entrando em depressão, não saiu da cama por seis meses e morreu”, recorda o professor Claudio Narciso, que

<sup>30</sup> Abuso de poder – Presidente de associação homossexual denuncia PMs. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 11 jun. 1994, p. 31.

<sup>31</sup> Policiais seguem ameaçando homossexual em hospital. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 23 jun. 1994, p. 41.

ficou emocionado quando a luta do colega foi lembrada durante o 17º Congresso Anual da Associação Internacional de Gays e Lésbicas [...]<sup>32</sup>

Os policiais militares que a agrediram, acusados de homicídio culposo, foram inocentados. Somente em 1999, após cinco anos de inatividade, ressurgiria a *Associação de Defesa dos Direitos de Homossexuais* (Adeh), voltada nos anos de reinício exclusivamente para atuar em prol das travestis da Grande Florianópolis<sup>33</sup> e, após reformas, mudanças de composição e endereço e algumas dificuldades, atuante ainda hoje no Centro da Capital de Santa Catarina.

## REFERÊNCIAS

### FONTE

DIÁRIO CATARINENSE. Florianópolis, *Diário Catarinense* [1986 -].

<sup>32</sup>LAVRATTI, Ana Cristina. Sangria em nome da dignidade. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 12 nov. 1995, Revista DC, p. 02.

<sup>33</sup>Grupo cria Associação de Defesa de Homossexuais. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 14 out. 1999, p. 40.

## Bibliografia

BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”*. Buenos Aires: Paidós, 2002.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

\_\_\_\_\_. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

GRACO, Rogério. *Curso de Direito Penal: parte especial, volume II: introdução à teoria geral da parte especial: crimes contra a pessoa*. Niterói: Impetus, 2011.

### Endereço eletrônico

*Poder Judiciário de Santa Catarina*. <<http://app6.tjsc.jus.br/cposg/pcpoSelecaoProcesso2Grau.jsp?cbPesquisa=NMPARTE&dePesquisa=murilo+pasquali+savi&Pesquisar=Pesquisar>>. Acesso em: 17 jul. 2013.

*Artigo recebido em: 08/08/2013*

*Aprovado para publicação em: 06/12/2013*